



CAIO PRADO JÚNIOR, O “SENTIDO DA COLONIZAÇÃO” E SEUS DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS¹

Resumo

A proposta desse trabalho é explorar a importante contribuição de Caio Prado Júnior para a compreensão do Brasil, principalmente no concernente à sua tese principal, que perpassa toda sua obra: o “sentido da colonização”, expandindo essa ideia através de seus desdobramentos teóricos por outros autores e, por fim, sugerindo novas perspectivas. O pensamento crítico e pioneiro do autor se tornou um marco historiográfico e teórico para a interpretação do Brasil, dando margem para importantes contribuições e desdobramentos, os quais se pretende apresentar nesse trabalho dentro da perspectiva de refletir sobre o conteúdo desse sentido da colonização que perpassa a formação e o desenvolvimento do Brasil.

Palavras chave: Caio Prado Jr.; sentido da colonização; mercado mundial; sistema colonial; acumulação primitiva.

Abstract

The purpose of this paper is to explore the important contribution of Caio Prado Júnior for understanding Brazil, especially regarding his main thesis, that spans his work: the “sense of colonization”. The critical and pioneering thought of the author became a historiographical and theoretical framework for the interpretation of Brazil, giving rise to important contributions and developments, which this work intends to present within the perspective of reflecting on the content of that

IDERLEY COLOMBINI

Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ) e graduado pela Universidade de São Paulo (FEA-USP)

sense of colonization that permeates the formation and development of Brazil.

Keywords: Caio Prado Júnior.; sense of colonization; the world market; colonial system; primitive accumulation.

1. Introdução

A importância do trabalho de Prado Júnior está em não olhar as características do Brasil a partir simplesmente de elementos particulares do seu processo de formação², mas de como esse processo está vinculado com o próprio sistema capitalista, e de como essa inserção em um novo modo de produção terá características fundantes, não apenas do ponto de vista histórico, mas também da própria lógica de reordenação do país a partir dessa formação característica. Os “sentidos da colonização”, como Prado Jr. (2011) cunhou sua tese sobre a formação do Brasil, irão perpassar toda a sua obra teórica e historiográfica, apresentando em distintos momentos como esse sentido acaba por moldar o presente do país, tanto da perspectiva do seu atraso quanto das suas modernizações e revoluções.

A obra desse intelectual paulista irá marcar todo o pensamento marxista brasileiro, não apenas por ser considerado o primeiro (Cf. NOVAIS, 1986 e 1983; RICUPERO, 2000; COUTINHO, 1988;

VIEIRA *et alii*, 2015), mas principalmente por se distanciar da visão mais “tradicional” do marxismo, muito ligada ao Partido Comunista e às abordagens da Segunda e Terceira Internacional Comunista. A sua análise singular terá um importante papel de pautar grande parte da pesquisa posterior, principalmente a partir dos anos de 1960, quando surgem novas interpretações instigadas pelas recentes mudanças no país.

As abordagens posteriores da obra de Caio Prado Jr. colocam-se justamente com a tarefa que descrevemos no começo dessa introdução, ou seja, abarcar novos elementos teóricos e históricos a partir da visão traçada pelo autor. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que os sentidos da colonização ganham novas formas e melhores definições, que ao invés de contradizerem o pioneiro marxista paulista, apenas reforçam e iluminam suas formulações precursoras.

Além das formulações que se propuseram a expandir e refinar a abordagem proposta por Caio Prado há também propostas críticas, que em discordância com a tese central dos sentidos da colonização se propuseram a elaborar modelos alternativos, com destaque para o modo de produção colonial². Contudo, apesar da

1 O autor agradece as discussões e reflexões realizadas durante o curso “Intérpretes do Brasil”, ministrado pela professora Maria Mello de Malta, obviamente se comprometendo com qualquer erro ou omissão. Agradece também ao apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: iderley_colombini@hotmail.com.

importância dessas críticas para a compreensão do período colonial, não iremos nesse trabalho apresentar detalhadamente essas obras por fugirem do escopo mais geral de compreender a noção de sentido da colonização como caracterizada por Caio Prado. Dessa forma, intenciona-se apresentar a tese de Prado Jr. da perspectiva da essencialidade do capitalismo brasileiro, ao qual se apresenta em formas distintas conforme sua expansão e complexificação.

Dentro dos vários autores que seguiram as pistas fornecidas por Prado Jr. com relação aos sentidos da colonização, há um grande destaque para os trabalhos de Fernando Novais (1979, 1986 e 1983) e seu grupo de pesquisa, que irão conferir um caráter mais amplo e melhor definido para os sentidos da colonização. Carlos Nelson Coutinho (1988), por sua vez, traz contribuições importantes do ponto de vista categorial, o que nos auxiliará principalmente com relação às transformações políticas que envolvem essa noção de sentido da colonização.

Novais (1979), assim como outros colaboradores da tese do “capitalismo tardio” – com grande destaque para Cardoso de Mello (1987) –, irá ressaltar a importância do sentido da colonização na incorporação dos países tropicais americanos no processo que Marx caracterizou como acumulação primitiva, tendo vários impactos no modo como a economia e a sociedade brasileira se formaram em detrimento dessa acumulação específica. Coutinho (1988), por sua

vez, propõe-se a apresentar a imagem de Brasil na obra de Caio Prado Jr. através da incorporação de novas categorias marxistas que vieram a se tornar clássicas no processo de formação dos Estados periféricos no capitalismo, mas que eram desconhecidas pelo autor brasileiro pioneiro, como ‘via prussiana’ e ‘revolução passiva’.

Dentro dessa perspectiva e seguindo a trajetória descrita acima, pretende-se, nesse trabalho, apresentar as ricas contribuições desses autores sobre a especificidade da formação do Brasil dentro do sistema capitalista, para tentar, no final, brindar algumas novas contribuições ou elementos para o rico debate apresentado, tendo como pontos principais a discussão sobre mercado mundial e acumulação primitiva permanente no pensamento marxista.

Na próxima seção apresenta-se parte da obra de Caio Prado Jr., principalmente no que condiz a sua valiosa contribuição dos sentidos da colonização e da sua ideia de Brasil que se forma

2 Dentre os trabalhos críticos à tese central de Caio Prado Júnior, destacam-se os trabalhos de Gorender (1980, 1985) e Cardoso (1988) nos anos de 1980, os quais defendem a centralidade da dinâmica interna da colônia, que constituiria um modo de produção colonial. Nos anos de 1990 novos estudos partem por essa mesma linha de dar maior centralidade para os aspectos internos, contudo com maior ênfase para os aspectos políticos da centralidade da colônia, como o trabalho de Fragoso e Florentino (2001), o qual enfatiza as relações particulares de poder nos processos endógenos de produção, caracterizando o momento colonial como uma espécie de um “arcaísmo como projeto” político, conferindo autonomia para a colônia ainda maior do que as análises centradas no modo de produção do escravismo colonial. Dessa forma, as teses do “modo de produção escravista colonial” e do “arcaísmo como projeto” podem ser vistas como duas perspectivas distintas e críticas à tese de Prado Júnior (2011), das quais derivaram uma série de pesquisas e estudos, tanto teóricos como trazendo novos dados e trabalhos estatísticos.

a partir desse elemento teórico (lógico) como movimento essencial. Em sequência apresentaremos os trabalhos de Novais (1979) e Coutinho (1988), com a intenção de aprofundar e obter novos elementos nessa análise. Por fim pretende-se elaborar uma síntese dessa visão do Brasil iniciada pelo intelectual paulista com novos referenciais categoriais, os quais, longe de contradizerem os trabalhos apresentados, almejam dar pequenos novos passos nessa árdua tarefa de interpretar o Brasil e seus intérpretes.

2. O Brasil de Caio Prado Júnior e os sentidos da colonização

A obra de Caio Prado Júnior, além da sua importância teórica e metodológica em sua contribuição para a teoria marxista no país, deve ser vista também da perspectiva da sua ruptura de classe³, sendo ele pertencente à classe dominante de sua época, a qual se encontrava em franca ascensão econômica na São Paulo dos anos de 1930. A origem de Caio Prado já indica dois pontos importantes: o primeiro com relação a sua ruptura da ordem social existente e a segunda do ponto de vista “de qual” Brasil parte sua análise.

Essa ruptura, parafraseando Antonio Candido (1990), irá se diferenciar da ruptura “tradicional” dos intérpretes do Brasil que se opõem, em alguns elementos, à sua classe, mas, em termos gerais, acabam por reforçar sua posição. O caso do intelectual paulista é singular: sua conversão

ao Partido Comunista irá marcar a radicalidade do seu pensamento e todos os percalços e dificuldades de sua trajetória intelectual, intercalada por prisões e proibições de obtenção de cargos públicos. Como apresentado por Florestan Fernandes (1991), um dos maiores enigmas “posto por Caio Prado Júnior, como pessoa, cidadão e pensador, é sua ruptura radical com a ordem social existente”. Essa radicalidade refere-se não apenas ao seu posicionamento de marxista e comunista, mas também às suas colocações dentro desses grupos, sempre de uma perspectiva crítica. Sem ceder às “forças da corrente”, sempre optou pelo questionamento e pela “contra argumentação”, como pode ser visto em grande parte da sua criativa contribuição, que, como nos lembra Coutinho (1988), mesmo com um conhecimento teórico marxista relativamente limitado, conseguiu êxitos brilhantes, frutos da sua própria intuição e pesquisa.

O ponto de vista de “pensador paulista” também marcou em definitivo seu pensamento. Se outro pensamento clássico como Gilberto Freyre (2000) pode ser caracterizado por uma visão ligada ao passado, dada sua posição dentro das elites nordestinas dos senhores de engenho,

³ A ruptura de classe realizada por Caio Prado Júnior corresponde a um interessante campo de estudo da história do pensamento brasileiro, que nos revela muito dos grillhões sociais capitalistas e principalmente, nesse caso específico, da formação da elite paulista cafeeira e com “disposição” industrial. Contudo, mesmo com as interessantes obras sobre o tema, essa discussão foge do escopo desse trabalho.

Caio Prado Júnior, ao contrário, “pensa sempre o país pelas suas potencialidades, isto é, pelo que ele pode vir a ser” (NOVAIS, 1983). Esse pensar do devir da nação brasileira irá marcar toda a obra do autor, caracterizando tanto seu referencial teórico como seu escopo principal, a passagem do Brasil colônia para a Nação⁴. Essa passagem do Brasil, assim como os seus desafios e continuidades, ficará marcada na obra de Caio Prado Jr. de modo singular devido a sua tese dos “sentidos da colonização”, já apresentada no seu clássico primeiro capítulo do livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011).

O sentido, ao qual se refere Prado Jr., será um marco do pensamento brasileiro, incorporando elementos dinâmicos da própria trajetória econômica e social para a compreensão da trajetória da recente nação⁵.

Todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um certo “sentido”. [...] Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. (*ibidem*, p. 15)

Esse sentido da colonização irá perpassar toda a obra do autor, não só no *Formação do Brasil Contemporâneo*, em que expõe de forma definitiva sua tese, mas durante toda a sua vida, o

que revelará seu senso profundo de dialética do objeto, que em cada momento demonstra uma forma e um aspecto da sua essência.

O sentido como essência ou totalidade da nação brasileira irá diferenciá-lo dos outros autores clássicos como Gilberto Freyre (2000) e Sérgio Buarque de Holanda (1995), pois não parte de uma particularidade – como “formação da família” em Freyre (2000) ou do “*éthos* do aventureiro” em Holanda (1995) – da colônia, mas do seu sentido de totalidade, do qual pode, por exemplo, serem retiradas essas particularidades. A formação do Brasil, na visão de Prado Jr., será dominada por esse fenômeno caracterizado pela colonização europeia, no caso a portuguesa, o que diferirá da tradição do Partido Comunista, que, seguindo a “Segunda e Terceira Internacional Comunista”, consideravam as Revoluções Inglesa e Francesa como os padrões. Como mostra Prado Jr. (2011), no caso brasileiro, a

4 A constituição do Brasil como Nação na obra de Caio Prado Júnior é bastante questionável, como nos apresenta Coutinho (1988), dada a tendência dos últimos trabalhos de Prado Jr. a acusarem a necessidade de uma revolução burguesa brasileira. Apesar da discordância com essa abordagem política, esse trabalho não irá apresentar em todas as nuances esse debate, dado seu enfoque nos “sentidos da colonização” e seus desdobramentos teóricos possíveis.

5 Como abordaremos ao longo desse trabalho, a noção do sentido da colonização exposto pelo autor não deve ser vista como uma categoria economicista ou teleológica, como sugere muito de seus críticos. A ideia do econômico e do devir não se coloca como imutabilidade ou inevitabilidade, mas, pelo contrário, insere-se na percepção da totalidade de um processo que se apresenta de diferentes formas e que impõe uma necessidade de determinadas mudanças estruturais para transformar essa trajetória – no caso, advinda do passado colonial.

superação para o capitalismo não ocorreu em relação ao feudal, mas ao colonial, por isso as bases e formas em que as transformações ocorrem são muito distintas, o que remete à necessidade de uma superação pela constituição de uma nação que rompesse com seu passado colonial.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é umas das resultantes, e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (ibidem, p. 28)

A colonização brasileira não é vista como um fato isolado de uma aventura casual da nação portuguesa, ao contrário, é compreendida como desdobramento da expansão marítima dos países europeus, que depois do século XV são impulsionados pelo capital comercial. A procura pela expansão comercial é vista na preferência pelas rotas comerciais do Oriente, com os produtos da Índia e da China, o que fez a América, em um primeiro momento, ser vista como não rentável para as metrópoles europeias. Somente com a implantação das empresas comerciais nos trópicos as colônias das Américas passam a ser incorporadas no sistema

comercial europeu que se formava. Assim toda a lógica das colônias rege-se pela dinâmica da Europa temperada, a qual tinha forte demanda por produtos tropicais à preços acessíveis e em grandes quantidades.

Essa necessidade e procura comercial por produtos tropicais, colocada por Prado Jr. (2011), podem ser vistas na distinção entre as colônias de exploração no sul e as de povoamento no norte das Américas. As colônias de povoamento, como o caso principal da Nova Inglaterra, terão uma lógica totalmente distinta das colônias de exploração de produtos primários. Essas regiões de clima temperado receberam uma população não vinculada com os objetivos comerciais europeus, mas com os frutos das guerras e perseguições (religiosas, étnicas e políticas) durante e por volta do século VXII, que deslocaram grandes massas populacionais para terras distantes de clima similar para se instalarem e reconstruírem suas vidas.

A colonização da América tropical, por sua vez, terá a lógica da exploração, tendo o colono europeu o único estímulo do ganho fácil e em grande quantidade para se mudar para uma terra inóspita e estranha aos seus hábitos sociais e culturais. A inospitalidade que em um primeiro momento se apresentava como uma dificuldade para a ocupação tornou-se um grande trunfo devido à possibilidade de enormes ganhos com o comércio de produtos tropicais. É dessa

forma que surge nos trópicos a grande propriedade destinada à exploração comercial. Os colonos dessas empresas comerciais só viriam, portanto, atraídos pela produção de gêneros de grande valor comercial, com o incentivo de se tornarem dirigentes e empresários de uma grande exploração com um grande número de trabalhadores⁶.

Os trópicos formarão uma grande propriedade com uma mão de obra dependente, muito diferente da formação por pequenas propriedades das regiões temperadas. Contudo, Portugal, assim como todo país europeu, não contava com população suficiente para abastecer sua colônia de mão de obra, além do fato, já mencionado, de um colono europeu dificilmente emigrar para os trópicos com o objetivo de ser trabalhador no campo. Por isso, argumenta Caio Prado, a escravidão tornou-se uma necessidade, solução que se desenvolveu de forma semelhante em todas as colônias tropicais e subtropicais da América. O trabalho escravo, dessa forma, irá se constituir como a forma de trabalho nos trópicos, o que dará forma a toda relação social aí estabelecida⁷.

A lógica ou o sentido da colônia irá caracterizar a produção, o trabalho e a concentração no país, através da exportação de produtos tropicais com mão de obra escrava em grandes latifúndios, sendo ainda voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. Esse sentido exposto de forma brilhante pelo

intelectual paulista possui ainda um ponto importante e fundamental que estará presente em sua obra posterior, assim como nos intelectuais que seguirão seu caminho. A noção de sentido exposto por Caio Prado não se refere apenas ao momento específico da colônia, mas também à ideia de trajetória da nação que se ergue a partir dessa lógica colonial⁸. “Tanto não era apenas o regime de colônia que artificialmente mantinha tal situação que, abolido ele com a

6 “A grande exploração agrária – o engenho, a fazenda – é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar nesses os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer.” (PRADO JR., 2011, p. 124; grifo no original).

7 A diferença com os outros “intérpretes” clássicos do Brasil pode ser vista nessa construção social apresentada por Caio Prado Jr. (2011), em que a enorme desigualdade e o patriarcalismo formam-se a partir da solidificação da base econômica monocultural para exportação e escravista e não de elementos sociais particulares. Por isso não deve ser entendida dentro de um determinismo economicista, pois busca, através da totalidade das relações sociais, entender as demais formas particulares, em que o trabalho escravo será um elemento central. Diferente do que advogam as teorias críticas à tese de Caio Prado – como Gorender (1985) e Fragoso e Florentino (2001) –, seu pensamento não diminui a centralidade do trabalho escravo, apenas compreende seu sentido dentro do sistema capitalista regido pela lógica comercial. “Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. [...] O clã patriarcal, na forma em que se apresenta, é algo de específico da nossa organização. É do regime econômico que ele brota, deste grande domínio que absorve a maior parcela da produção e da riqueza coloniais. [...] De simples unidade produtiva, [o grande domínio] torna-se desde logo célula orgânica da sociedade colonial; mais um passo, e será o berço do nosso ‘clã’, da grande família patriarcal brasileira.” (PRADO JR., 2011, pp. 304-305).

independência, vemo-la perpetuar-se. O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana, de seu estatuto colonial a outros respeito, e em que o ‘sete de setembro’ não tocou.” (*ibidem*, p. 131).

O sentido da colonização, não apenas como descrição de um período histórico, mas como lógica fundante da própria nação que vem a se desenvolver, deve ser visto como o ponto chave da obra de Caio Prado Júnior, o qual se desdobrará em formas diferentes de acordo com sua manifestação, como pode ser visto nas obras *A questão agrária no Brasil* (1964) e *A revolução brasileira* (1966). Nessas suas obras posteriores fica explícita a ideia do sentido que ainda permaneceria na nação, buscando apresentar como ocorreria esse processo de continuidade tanto da perspectiva do campo quanto das transformações advindas da industrialização e urbanização.

Nas próximas seções apresentaremos trabalhos que exploram em mais detalhes esse sentido da colonização e das transformações do Brasil dentro do sistema capitalista, buscando entender tanto essa essência do sentido da colonização quanto o seu processo de transformação em continuidade.

3. Sistema Colonial e Revolução Passiva

Nessa seção apresentaremos alguns trabalhos e abordagens que expandem a tese de Caio Prado

Júnior, principalmente através de uma melhor elaboração do ponto de vista categorial teórico, mas também através da conceituação mais precisa do “sentido” dentro do sistema capitalista. Destacaremos aqui o trabalho de Fernando Novais (1979, 1983 e 1986), pela sua importante contribuição com relação ao sistema colonial, e o de Carlos Nelson Coutinho (1988), com sua instigante comparação das teses de Caio Prado Jr. em relação às categorias clássicas marxistas até então desconhecidas para o intelectual paulista, como “via prussiana” de Lenin (1980 e 1985) e “revolução passiva” de Antonio Gramsci (2000).

Fernando Novais, em sua trajetória intelectual, irá seguir o caminho aberto por Caio Prado Júnior, buscando compreender a colonização pela perspectiva de sua natureza mais geral como momento histórico fundante, não pelas suas especificidades e detalhes laterais, como se faz em grande parte das análises sobre esse período. No grande quadro construído por sua longa pesquisa, iremos explorar com mais detalhes as considerações realizadas por Novais (1979) com

8 “Reduzindo o Brasil à simples situação de produtor de alguns gêneros destinados ao comércio internacional, acabou por se identificar a tal ponto com a sua vida, que já não se apoiava unicamente em nossa subordinação de colônia, já não derivava apenas da administração do reino. Orientada em tal sentido desde o início da colonização, determinada por fatores mais profundos que simplesmente a política deliberada do reino e que vão condicionar a formação e toda evolução da economia brasileira, esta última assim se organiza e tal se torna, no fim da era colonial, a natureza íntima de sua estrutura. (*ibidem*, p. 131).

relação ao enquadramento da colonização brasileira dentro do processo de acumulação primitiva e de seu vínculo com as políticas mercantilistas dentro da lógica do capital comercial.

Novais afirma enfaticamente a importância reveladora do trabalho de Caio Prado Júnior de mostrar a formação do Brasil e da colônia dentro do processo histórico de constituição do capitalismo moderno. Contudo, devido a seu pioneirismo e à tradição da historiografia brasileira menos voltada para as vinculações da história do Brasil com a história geral da civilização ocidental, Novais argumenta a necessidade de seguir adiante na análise sobre os sentidos da colonização, ligando a colonização com o processo de acumulação primitiva e de formação do capitalismo moderno.

Efetivamente, inserida no contexto mais geral do Antigo Regime – isto é, no contexto da política mercantilista do capitalismo comercial executada pelo estado absolutista – a colonização da época moderna revela nos traços essenciais seu caráter mercantil e capitalista. [...] A aceleração da acumulação primitiva configura, pois, o sentido último da colonização moderna; [...] mais ainda, a colonização fica indissoluvelmente ligada ao processo histórico de formação do capitalismo moderno, à transição do capitalismo comercial para o industrial (capitalismo pleno). [...] De fato, ela [colonização] se apresenta agora como uma peça no conjunto de mecanismos que, promovendo a acumulação originária, tendiam a possibilitar a superação dos entraves institucionais e

econômicos que ainda perturbavam a expansão do capitalismo moderno Europeu. (NOVAIS, 1969, p. 259)

Ao conectar o processo de colonização com a acumulação primitiva, Novais categoriza a constituição de um sistema colonial, que seria integrado funcionalmente ao Antigo Regime, como mecanismo intensificador das políticas mercantilistas. Nessa análise, a acumulação primitiva seria o processo de acumulação de capital predominante na esfera da circulação, ou seja, incorporando um excedente econômico gerado fora do sistema, mas sendo um pré-requisito para a formação e expansão das relações capitalistas. É por esse prisma que defende a compreensão da ligação entre as colônias e as metrópoles do Antigo Regime, as quais, com suas políticas mercantis, preconizavam uma balança comercial favorável, abertura de novos mercados e preservação monopolista, o que sintetiza essa acumulação de capital originária.

A colonização das Américas, portanto, ocorre de uma forma específica dentro da história da humanidade, ou seja, não mais ligada a um caráter conquistador de territórios com vias imperiais ou de dominação, mas guiada pela ótica da expansão do capital comercial. A força dos Estados metropolitanos em erguer esse sistema colonial estava em promover o comércio dos produtos tropicais, indo de certa forma além da pura esfera comercial, desdobrando

para a própria produção econômica no ultramar. Novais (1979) e Cardoso de Mello (1987) darão contribuições importantes ao analisar a formação e a transformação da colônia dentro das mudanças do sistema capitalista, não pela primazia de uma esfera, mas por um entendimento de totalidade sistêmica.

A formação do capitalismo, ainda em traços comerciais, deu luz ao sistema colonial como forma de sua expansão e de seu fortalecimento na transição para o capitalismo industrial. A produção durante a colônia, como nos mostraria Marx⁹, deve ser vista dentro de um quadro de capitalismo formal, em que, apesar da inexistência da mão de obra livre, essa se constitui como uma mercadoria, a qual é determinada, assim como a produção de monocultura em larga escala, pela lógica mercantil. “Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial. Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório.” (CARDOSO de MELLO, 1987, p. 43).

A produção da colônia, que já possuía traços ou uma lógica do capital, ainda se encontrava em uma feição comercial e de acumulação primitiva, ou seja, em um sistema de relações sociais em que, apesar da lógica já totalizante do capital, ainda prevalecia relações coercitivas diretas, exteriores à lógica “autônoma”

que caracteriza o capitalismo industrial. Tanto do ponto de vista das relações entre Estados como das relações sociais internas, a coerção é imposta diretamente no sistema colonial, seja pela força dos canhões da metrópole, seja pelos açoitados dos senhores. A realização dessa produção com o único objetivo de atender as necessidades de acumulação do capitalismo industrial nascente europeu consolida-se pela utilização direta da força, tanto do ponto de vista das relações comerciais quanto de trabalho. Somente com a constituição do capitalismo industrial podem se constituir-se formas de dominação e de coerção não mais diretas, exteriores à produção e à comercialização, mas internas, pela própria compulsão econômica do Estado e dos indivíduos.

Caio Prado Jr. (2011), brilhantemente pioneiro e criativo, teve uma arguta percepção desse processo, indicando não só essa passagem na transição do capitalismo, como a manutenção da essência das colônias nas novas nações que surgiam juntamente com o capitalismo industrial. A transformação da coerção direta em

9 “Na segunda classe de colônias – as plantações, que foram, desde seu nascimento, especulação comercial, centros de produção para o mercado mundial – existe um modo de produção capitalista se bem que somente de maneira formal, dado que a escravidão entre os negros exclui o assalariado livre, que é a base sobre a qual a produção capitalista repousa. Entretanto, os que se dedicam ao comércio de escravos são capitalistas. O sistema de produção introduzido por eles não se origina na escravidão, senão que é introduzido dentro dela. Neste caso, o capitalista e o senhor são a mesma pessoa.” (MARX, 1944, vol. II, pp. 332-333.).

uma dominação “velada” pelas relações capitalistas não destituiu a essência dos países americanos de subsidiar o processo de acumulação nos centros dinâmicos, contudo, não mais por meio de uma acumulação comercial, já que com a independência passava-se à lógica do capital industrial.

Esse momento de passagem do capitalismo comercial para o industrial, ou do Antigo Regime para os Estados Modernos, possui uma gigantesca literatura, não apenas para os Estados pioneiros como também para os países que seguiram posteriormente essas transformações. A obra de Caio Prado Jr., como já assinalamos, deve ser destacada dentro dessa literatura, tanto por seu brilhantismo quanto por sua precocidade. Carlos Nelson Coutinho (1988), destacando essa importância da obra de Prado Jr., compara as teses do autor paulista com as categorias teóricas elaboradas por Gramsci (2000) e Lenin (1980 e 1985) ao tratar dessas transformações, respectivamente na Itália e na Alemanha e na Rússia. Através dessa comparação, Coutinho (1988) nos permite expandir as teses de Prado Jr. e compreender melhor o seu sentido, assim como as transformações ocorridas em solo brasileiro.

Coutinho (1988) apresenta Caio Prado Jr. como um autor que trata da passagem ou formação de uma sociedade capitalista por “vias alternativas”, mas sem recorrer aos conceitos clássicos

de “via prussiana” de Lenin (1980) e de “revolução passiva” de Gramsci (2000). Coutinho apresenta Caio Prado Jr. com um conhecimento da teoria marxista relativamente reduzido, tendo várias lacunas em conceitos e categorias teóricas importantes¹⁰. Entretanto, Coutinho salienta a importância pioneira e criativa de Caio Prado para traçar uma análise marxista da história brasileira, recorrendo à criação de vários conceitos próprios e particulares.

A passagem para o capitalismo desenvolvido possui uma íntima relação com a questão agrária, em que as formas de produção, assim como a separação da mão de obra dos meios de produção, são os elementos centrais.

A importância dessa transformação do campo já fora descrita brilhantemente por Marx no capítulo sobre a “acumulação primitiva”, em que apresenta a separação dos camponeses das terras pelo processo de “cercamentos”

10 Coutinho (1988) destaca como problemas da análise de Prado Jr. (2011) devido a esse menor conhecimento teórico a questão da categorização do período colonial mais próximo do capitalismo, o que conectaria de forma errônea, na sua visão, o senhor de engenho ao capitalista. Coutinho ainda apresenta a posição, que seria mais acertada, de Florestan Fernandes (2005), ao salientar o caráter “patriarcal” dessa sociedade ao invés de uma lógica do capital. Apesar de essa discussão perpassar o escopo desse trabalho de modo transversal, é importante salientar a importância da compreensão do capital dentro da colônia como tratado anteriormente, ou seja, de um capitalismo formal dado à construção desse modo de produção colonial via uma lógica do capital comercial, a qual adquire em sua fase de uma acumulação primitiva relações de coerção direta, como o trabalho compulsório e relações patriarcais. A forma que essa acumulação primitiva, portanto capitalista, adquire no sistema colonial passa por uma dominação patriarcal e com trabalho escravo.

na Inglaterra. Lenin, ao buscar entender essa formação ou passagem para o capitalismo desenvolvido pela questão agrária, irá divergir do marxismo evolucionista e linear da Segunda Internacional, apresentando trajetórias diferentes ou alternativas em outros países.

Lenin compara os processos de transformação no campo dos EUA e da Prússia, e indica a existência de duas vias principais, uma “clássica” (ou “americana”) em detrimento de uma “alternativa” (ou “prussiana”). No livro *O programa agrário*, Lenin apresenta o processo violento e direto de transformação do latifúndio dos EUA em pequenas propriedades, desfazendo as antigas classes existentes, tanto dos dominados como dos dominantes, o que encadeia uma profunda reformulação nessa sociedade. Em oposição ao caso caracterizado como clássico, a via prussiana ocorre através de mudanças graduais, em que as grandes propriedades com trabalho compulsório passam a introduzir as relações capitalistas lentamente, com vários processos de adaptação da rotina, da tradição, da propriedade e do trabalho aos modos capitalistas de produção.

A via prussiana não provoca de imediato o desaparecimento das relações de trabalho pré-capitalistas (com coerção direta ou extraeconômica ao trabalhador), muito menos uma erradicação da antiga classe rural dominante. Dessa forma, essa transformação possibilita

a conservação (ou até mesmo expansão) do poder político e econômico das antigas classes dominantes, as quais mantêm, em muitos casos, formas de coerção diretas sobre “seus” trabalhadores.

Coutinho nos apresenta de forma bastante elucidativa como a caracterização da via prussiana construída por Lenin (1980) assemelha-se às teses de Prado Jr. (2011), com destaque tanto para sua formulação da passagem da colônia para a Nação brasileira quanto da questão agrária. Sem conhecer a categoria de Lenin, Prado Jr. descreve de maneira análoga a via alternativa brasileira, em que o capitalismo adapta, com substituição do trabalho escravo pelo livre, a grande exploração rural de base colonial (Coutinho, 1988). Caio Prado, portanto, mostra a via alternativa brasileira em toda sua especificidade, salientando seu caráter colonial e escravocrata em detrimento das relações feudais existentes na Europa.

A formulação de Caio Prado sobre a via de transformação do campo brasileiro para o capitalismo ainda destaca a manutenção da sua classe dominante e a manutenção de determinadas formas de relação social, mesmo com a implantação do trabalho assalariado, algo ainda tão característico no campo brasileiro. Divergindo das teses de existência de um resquício feudal (principalmente ligadas ao PCB), Prado Jr. (2011) mostra como a manutenção da classe

dominante e de suas formas de dominação eram uma característica do capitalismo brasileiro e não de resquícios de formas sociais anteriores.

Essa questão de vias alternativas para a transformação do campo (com manutenção de antigos elementos) liga-se ainda à transformação da própria nação como um todo, dado o caráter de ligação do político com o econômico que se estabelece com as mudanças no modo de produção, com certa continuidade das relações de classe anteriores. A percepção desse caráter político na formação do capitalismo em vias alternativas também será apresentada por Lenin (1980 e 1985), mas terá sua forma mais acabada na categoria de “revolução passiva” exposta por Gramsci (2000) nos seus *Cadernos do Cárcere*, que Coutinho irá apresentar em comparação com as teses de Caio Prado Jr. (2011).

Carlos Nelson chama a atenção pela forte analogia presente no caso do *Risorgimento* italiano com o processo da Independência e da consolidação do Estado imperial no Brasil, o que leva a um processo não casual de Caio Prado Jr. e Antonio Gramsci elaborarem descrições muito semelhantes, ainda mais escrevendo no mesmo período da década de 1930. Gramsci (2000) irá cunhar o termo “revolução passiva” para designar a transformação ocorrida na Itália durante seu processo de unificação e instalação do capitalismo, o qual foi nominado na historiografia como *Risorgimento*.

A unificação da Itália e a transição para o capitalismo ocorrerá de modo distinto em relação aos casos clássicos da Inglaterra e França. Através da liderança da região do Piemonte, construiu-se uma série de “arranjos políticos” entre as demais classes dominantes das diferentes regiões para a obtenção da unificação, sem contar, portanto, com uma participação determinante das classes populares. Essa transformação “pelo alto” tem como consequência uma alteração muito menor da antiga estrutura social do que em relação aos processos considerados clássicos, em que há uma participação popular muito mais intensa, que culmina com a destituição da antiga ordem. Contudo, é importante salientar nesse processo social denominado por Gramsci de “revolução passiva” não apenas seu caráter conservador, mas também seu aspecto revolucionário. Como observa Coutinho, a revolução passiva significa transformações efetivas na ordem social para contornar as necessidades do “progresso” do sistema capitalista, mas o faz no quadro da conservação de importantes elementos sociais, políticos e econômicos da velha ordem (COUTINHO, 1988, p. 11).

A descrição de Caio Prado do processo de independência do Brasil e de introdução do capitalismo não deixa de ser uma apresentação de um caso de revolução passiva, em que as transformações ocorrem com base em arranjos políticos das classes dominantes, que, sem a participação das classes populares, conseguem conservar

elementos relevantes da antiga ordem. “A forma pela qual se operou a emancipação do Brasil tem o caráter de ‘arranjo político’ [...], de manobras de bastidores, em que a luta se desenrola exclusivamente em torno do príncipe-regente. [...] A Independência brasileira é fruto mais de uma classe do que de nação tomada em seu conjunto.” (PRADO JR., 2012, pp. 49-50).

Apesar da categoria da revolução passiva ser, em vários trabalhos, atrelada a processos puramente políticos, como se decorresse de uma primazia total das classes dominantes, é importante salientar o aspecto econômico imbricado nessa transformação, não de forma determinística, mas como formas distintas de um mesmo movimento. Caio Prado, mesmo sem um arcabouço teórico mais sofisticado, possuía essa visão, salientando a unidade do político e do econômico na passagem do Brasil colônia para a nação¹¹.

Através da categoria dos “sentidos da colonização”, a descrição da formação do capitalismo brasileiro “pelo alto” ganha também a compreensão do sentido dessa forma de revolução, ou seja, o porquê da transição para a forma de produção puramente capitalista ocorrer sem uma maior participação popular e com manutenção das antigas classes dominantes. A compreensão dos sentidos da colonização através da perspectiva de unidade do sistema capitalista e da transformação por vias alternativas nos traz

novas luzes ao rico conceito de Caio Prado, o qual pode nos revelar ainda novos desdobramentos teóricos. Na próxima seção tentaremos explorar ainda mais essa tese central do marxista paulista, para elucidar como as transformações políticas e econômicas possuem uma unidade dentro das alterações no sistema capitalista, em que apesar de se apresentarem com elementos puramente econômicos ou políticos, em realidade trata-se de formas da contradição fundante de nossa sociedade.

4. Novos desdobramentos teóricos – breves apontamentos

De modo a buscar ir além, propomos aqui entender o “sentido da colonização” de Caio Prado Jr. também pelo conceito de “*aufhebung*” em Marx, o qual, de modo dialético, possui noções contraditórias de superação, manutenção, revogação e anulação. No nosso contexto, *Aufhebung* significa que a forma histórica da colonização é expandida para um novo nível onde a sua forma original e sua existência independente é eliminada (ou cancelada), ao mesmo tempo em que a sua substância ou essência (*Wesenshaftigkeit*) é mantida em uma nova forma, ou seja, mesmo na constituição da nação, da indústria e

11 “A evolução política progressista do Império corresponde assim, no terreno econômico, à integração sucessiva do país numa forma produtiva superior: a forma capitalista” (PRADO JR., 2012, p. 91).

de uma produção agrícola moderna permaneceria a essência do processo que daria sentido ao Brasil. Obviamente esse processo de superação com anulação e manutenção adquire formas diferentes, em que se constrói uma nova aparência para, em essência, o mesmo processo.

Essencialmente, com as adaptações necessárias determinadas pelas contingências do nosso tempo, somos o mesmo do passado. Senão quantitativamente, na qualidade. [...] Embora em mais complexa forma, o sistema colonial brasileiro se perpetuou e continua muito semelhante. Isto é, na base, uma economia fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios demandados nos mercados internacionais (PRADO JR., 1987, p. 240)

A visão do Brasil com sua essência em decorrência da realização da sua produção no mercado mundial continuará presente em toda a obra do autor, sendo ainda reafirmada na sua coletânea *A questão agrária*, de 1978, a qual dá uma forte centralidade para o campo brasileiro. Divergindo do posicionamento de Coutinho (1988), não se considera nesse trabalho que há uma omissão da parte de Caio Prado Jr. em visualizar as mudanças ocorridas no Brasil com a industrialização e modernização das cidades e do campo. A manutenção de elementos sociais antigos com a incorporação do capitalismo industrial no Brasil não acontece simplesmente (reduzida) no que concerne à manutenção da ordem das

classes dominantes, de forma contraditória, elas podem até vir a se alterarem; a centralidade do sistema capitalista não está em sua distribuição entre frações de classe (POSTONE, 2014, p. 22), mas no que concerne à totalidade existente a partir da constituição do trabalho na sociedade capitalista¹². A continuidade existente no “sentido” de Caio Prado Júnior deve ser entendida na unidade do sistema capitalista como totalidade, como constituição das relações sociais universais a partir da constituição do trabalho em suas especificidades capitalistas, por isso não apenas na sua aparência das formas distributivas.

Como nos apresentou Coutinho (1988), mostra-se extremamente frutífero aprimorar o referencial categorial teórico trazido por Caio Prado. A criatividade intuitiva do autor ganha ainda mais profundidade, como o caso de ir além das aparências da relação de frações de classe. Marx, no seu capítulo sobre “A fórmula

12 Como nos mostra Postone (2014), os chamados “marxismos tradicionais” consideram o trabalho a partir de uma perspectiva trans-histórica, tendo o capitalismo a especificidade de o trabalho constituir a “base do modo de distribuição ‘automático’, não consciente e mediado pelo mercado” (ibidem, p. 21). Seguindo essa interpretação de Postone, crítica aos “marxismos tradicionais”, o enfoque dessas análises “tradicionais” da obra Marx estaria no modo de distribuição, divergindo de um pensamento que colocaria o “trabalho como o objeto da crítica da sociedade capitalista” (ibidem, p. 6), defendendo que a questão não está na distribuição/apropriação do excedente, mas na própria forma do trabalho, no próprio modo como esse trabalho se constitui para a produção desse excedente.

trinitária”, já alertava para o cuidado necessário ao considerar a determinação de classe na sociedade capitalista.

De fato, a Economia vulgar não faz nada mais que traduzir, sistematizar e louvar, baseada numa doutrina, as concepções dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção. Não nos deve, portanto, deixar surpresos que ela, exatamente na forma de manifestação alienada das relações econômicas, em que estas são, prima facie, contradições totais e absurdas – e toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente –, se aqui a economia vulgar se sentisse completamente à vontade e essas relações lhe parecessem tanto mais naturais quanto mais a correlação interna está neles escamoteada, sendo, porém, correntes para a concepção comum. Por isso é que ela não tem a menor noção de que a trindade da qual ela parte: terra-renda; capital-juros; trabalho-salário ou preço do trabalho, são três composições prima facie impossíveis. (MARX, 1986, p. 271)

É necessário, portanto, seguir o caminho apresentado pelo autor, indo além das suas próprias análises. A forma excessiva, como coloca Coutinho, com que Prado Jr. destaca a importância comercial em detrimento da produção pode ser justificada pela centralidade da lógica do capital comercial, dado que o próprio capitalismo industrial estava em gestação. A problemática maior se dá no entendimento da essência conferida por Prado Jr. estar no comercial, o que implicaria uma análise mais qualificada desse

seu sentido para compreender a formação do capitalismo brasileiro.

O objetivo de Caio Prado Jr. (2011), como afirmado pelo próprio autor, é apresentar como, mesmo em formas muito mais complexas, o capitalismo brasileiro permanece com a mesma essência. Em detrimento dos mercados internacionais, o sentido do capitalismo brasileiro permaneceria o mesmo, o que remete claramente ao papel do mercado mundial dentro do sistema capitalista. Por isso a necessidade de apreender melhor a noção de mercado mundial, até mesmo indo além do incorporado por Caio Prado Jr.

Marx, nos *Grundrisse*, apresenta como o mercado mundial seria o último elemento a ser tratado, logo depois da relação internacional de produção e da “concentração da sociedade burguesa na forma do Estado”, o que já nos mostra a distinção do mercado mundial com a relação internacional de produção. O mercado mundial, aqui analisado, não é tratado apenas no âmbito de trocas comerciais, mas como a própria condição para esse sistema internacional. A produtividade, o preço, a moeda, as relações comerciais, o trabalho doméstico adquirem seu modo de vida no e através das relações do mercado mundial como valor em processo. Logo, é somente no e através do mercado mundial que a valorização doméstica se realiza (confirma e se contradiz), somente no mercado

mundial o valor expandido adquire validade de valor (BONEFELD, 2014). O mercado mundial é a categoria analítica em que se valida o trabalho abstrato como valor. Somente a partir da compreensão do movimento do capital no nível do mercado mundial pode-se ter em mente a concepção da crítica da mistificação das categorias econômicas como movimentos naturais e naturalizantes¹³.

O mercado mundial não deve ser compreendido como uma força externa, pelo contrário, a acumulação de capital internacional deve ser vista como uma força interna ao Estado nacional como parte do mercado mundial. Assim como a separação entre política e economia é uma aparência advinda da mistificação do movimento do capital, o mercado mundial e o Estado nacional também se apresentam como distintos, como se tivessem lógicas independentes, as quais se influenciariam e se determinariam externamente. O que cabe fazer como investigador não é naturalizar essas formas e lhes dar movimentos autônomos, mas entendê-los como uma unidade orgânica, por isso a acumulação de capital internacional não impacta nas economias nacionais, dado que a própria economia nacional está produzindo essa acumulação de capital internacional, o processo internacional também é construído nacionalmente¹⁴.

A abordagem de Marx para a divisão global do trabalho não remete aos postulados de Ricardo. O foco de Marx não está nas relações internacionais de produção, mas na conceptualidade do valor, que se torna válido como mais-valor medido pela taxa de retorno na forma de lucros. Do mesmo modo que ocorre com a produtividade do trabalho, que, sendo uma produtividade do mercado mundial, apresenta-se na forma de movimento de preço do mercado mundial. É através da circulação do dinheiro como capital que as condições globais de acumulação marcam as economias nacionais, em formas de pressão nos seus salários e na transformação das suas forças de produção. A equalização das taxas de lucros na esfera do mercado mundial transforma as aparentes condições locais em condições do mercado mundial. Por isso a importância de se compreender a especificação

13 "The world market is the categorical imperative of capitalist wealth. Value validity entails the world market validity of value. The abstract labour of value production comprises thus the homogenization of time as a world-market reality of socially necessary abstract time. The law of value annihilates space by time. The critical insight that in capitalism the social individuals are controlled by the products of their own hand asserts itself in the form of the world market as an 'objective coercive force'." (BONEFELD, 2014, p. 147).

14 "Any national economy can only adequately be understood as a particular instance turning more or less upon its inner configuration, but which, nevertheless, is an integral element of the world market; so, therefore, the nation state, and the bourgeois state as a general phenomenon, can only be properly determined in these dimensions. Similarly the influence of the internationalization of capital accumulation cannot be understood if it is thought of as an external factor acting upon national statehood and the actions of the nation state, but must be conceived of as a process taking effect within the national economy as part of the world market." (BRAUNMÜHL, 1978, p. 162).

das condições em que o capital é particularizado em capitais nacionais, com sua organização política delimitada em Estados nacionais (BRAUNMÜHL, 1978).

Se as formas do Estado se movem a partir do capital em escala mundial, é preciso compreender também de que modo esse movimento repõe e recoloca as suas precondições de existência, tanto em escalas nacionais como mundiais. A acumulação capitalista não é um elemento apenas histórico de constituição do capitalismo, mas também lógico e sistêmico, por ser justamente responsável pelas garantias das relações sociais necessárias, o que envolve de forma direta o sistema político, por isso a importância do Estado nesse processo. Dessa forma, uma análise do Estado capitalista como forma da política no capitalismo precisa partir não de suas formas já mistificadas na sociedade, em que suas disputas de classe já são compreendidas como dadas, mas pela própria forma que o Estado se articula no processo continuado da reposição sistêmica dos seus pressupostos. A contradição básica entre capital e trabalho depende da separação dos meios e dos trabalhadores, que no capitalismo tem como fato constituinte a “liberdade política”, tendo o indivíduo a liberdade para vender a sua força de trabalho livremente. Através da percepção de como a forma do Estado participa continuamente

desse processo de acumulação produtiva em cada momento do processo de acumulação do sistema capitalista, é possível entender como se formam novas formas mistificadas de políticas e de formações políticas.

Convencionalmente, a acumulação primitiva é descrita como um período de transição para a sociedade capitalista, ou seja, uma fase intermediária e posterior ao pré-capitalismo, em que se formariam as condições para o capitalismo, tanto em termos da separação da força de trabalho dos meios de produção quanto da acumulação e da extração de valor fora do processo de produção capitalista. Além dessa compreensão sobre a acumulação primitiva, é preciso ter em mente a forma como esse processo se perpetua através da própria acumulação e expansão capitalista. Esse conceito determinado de acumulação primitiva possui consequências importantes para a teoria crítica, só sendo possível compreender a noção de valor com a consideração da acumulação primitiva, que deve ser compreendida, portanto, de forma permanente¹⁵.

A classe é uma premissa histórica e lógica da forma valor, assim, a construção das leis de violência da exploração e da despossessão possui sua aparência na forma civilizada das regras da lei; por sua vez, essas leis de construção da

¹⁵ Para o debate sobre a acumulação primitiva conforme tratado nesse trabalho ver: Bonefeld (1988, 2010) e de Angelis (2001).

violência são a própria separação do trabalho dos meios de produção. Nesse sentido, a acumulação primitiva é um processo permanente do capitalismo.

Ao entrar mais propriamente na fundação das relações de produção capitalista na acumulação primitiva, é necessário retomar o trabalho seminal de Rosa Luxemburgo (1985), que enfatiza a necessidade do capitalismo sempre retirar algo de fora de si mesmo para se estabilizar, o que é visto como uma forma de resolução de crises e um efeito “imperialista” (tanto doméstica quanto internacionalmente) da acumulação capitalista. Luxemburgo (*ibidem*) já expõe que não se trata apenas de uma fase pré-histórica, mas também algo contemporâneo, da própria dinâmica da acumulação de capital. Nos anos de 1970, os teóricos da dependência e das trocas desiguais seguiram essa abordagem aberta por Luxemburgo (*ibidem*) e desenvolveram valiosos estudos sobre as relações entre periferia e centro, analisando os processos de “extração de excedente” (MARINI, 2005) e despossessão, o que remete à expansão para as periferias em momentos de crise, com trocas desiguais e dependência (AMIN, 1974).

Como forma de compreender os avanços do capital pelo neoliberalismo, as teorias baseadas em uma permanência da acumulação primitiva tiveram novos desdobramentos, seja por despossessão como forma derivada da natureza

expansiva da reprodução capitalista (HARVEY, 2003) ou como uma maneira capitalista de subjugar o trabalho (DE ANGELIS, 2001). David Harvey, no seu livro *New Imperialism*, irá expandir essa noção, apresentando a ideia de acumulação primitiva como parte integrante da acumulação capitalista, como parte necessária para manter as engrenagens dessa acumulação, a qual ele chama de acumulação capitalista por despossessão, não se tratando apenas de algo específico em um momento de crise de sobre-acumulação, sendo a acumulação por desapropriação a forma dominante do processo de acumulação atual. Esse processo de despossessão não ocorreria apenas na periferia, mas também no centro, tratando-se do próprio processo permanente de expropriação imposto pelo capital, tanto na expansão como em seu aprofundamento, como exemplificado por Harvey nas privatizações das indústrias nacionais nos anos de 1980 e 1990.

As análises contemporâneas baseadas em Luxemburgo (1985) sobre a presença da acumulação primitiva no modo de acumulação do capital trazem a importante consideração da expropriação e despossessão envolvidas nesse processo, mas o fazem através de uma consideração da acumulação primitiva sempre a partir de uma noção de imperialismo, ou seja, de uma necessidade do capital expropriar, fora das suas bases, mais-valor para lhe dar continuidade e estabilidade, não no sentido apenas regional

ou espacial, mas também em termos do seu modo de produção e exploração, o que insere os próprios países desenvolvidos. O divórcio do trabalho dos seus meios de subsistência, o que aqui chamamos de mais-valia primitiva permanente, é mais do que um efeito imperialista da acumulação expandida, é a própria forma de manutenção, perpetuação e expansão das condições básicas do modo de produção do capital.

A acumulação primitiva não é um efeito colateral ou um resultado de alguma nova lógica de desenvolvimento combinado e desigual, mas a própria reprodução e manutenção das condições e contradições de existência do capital em formas combinadas e desiguais. Assim “a acumulação primitiva que aparentemente desaparece na acumulação capitalista o faz somente para reaparecer como o resultado da sua reprodução.”. Entretanto esse reaparecimento acontece na forma da relação contratual entre sujeitos iguais, *i.e.*, “a coerção direta é substituída pela (silenciosa) compulsão econômica.” (BONEFELD, 2011, p. 385). A existência de compradores e vendedores no mercado de trabalho pressupõe a existência de mão de obra livre como vendedora de sua própria força de trabalho.

No modo de produção capitalista, a acumulação primitiva, a separação do trabalho dos meios de produção, é reproduzida e expandida em escala ampliada, mas não necessariamente pela sua forma de coerção direta, apesar de que também

possa vir a reaparecer. A acumulação primitiva, aqui compreendida, é o processo pelo qual se conceitualiza a própria noção do capitalismo como trabalho assalariado livre, do que advém a união entre “gênese” e “existência”. A acumulação primitiva, ao ser resultado da sua própria realização, coloca-se como algo permanente, que continua através do tempo, mesmo que em outra forma. Obviamente essa passagem se conecta com o conceito de “*aufhebung*” em Marx¹⁶.

A acumulação primitiva permanente deve ser vista, portanto, como a forma expandida em que o capital recria suas condições, tendo, em cada momento histórico específico do processo de acumulação, as suas formas determinadas de realização. O desenvolvimento concreto histórico, apesar de possuir elementos contingentes ao capital, irá possuir uma dinâmica específica de reprodução das suas estruturas condicionantes, a qual se reapropria das estruturas pré-existentes para lhes conceder novas formas, mas com a manutenção do conteúdo do capital. Cada novo

16 “No nosso contexto, *Aufhebung* significa que a forma histórica da acumulação primitiva é expandida para um novo nível onde a sua forma original e sua existência independente é eliminada (ou cancelada), ao mesmo tempo em que a sua substância ou essência (*Wesenshaftigkeit*) é mantida em uma nova forma. Em outras palavras, a noção de que a essência da acumulação primitiva é *aufgehoben* na acumulação significa exatamente que o caráter essencial da acumulação primitiva, este divórcio dos produtores diretos dos meios de subsistência, é elevado a um novo nível, eliminando a história da acumulação primitiva como uma época específica. Ao mesmo tempo, o seu caráter essencial é mantido na nova forma, ou seja, o pressuposto histórico do capitalismo torna-se a premissa de sua existência: o trabalho divorciado de seus meios torna-se o resultado de um processo de acumulação que é baseado na apropriação do trabalho excedente que o capital é capaz de extrair, e busca se validar no mercado na forma de valor.” (BONEFELD, 2014, p. 86).

momento de expansão do capital possuirá especificidades tanto dos novos elementos quanto dos já existentes, os quais serão reapropriados em uma nova forma, mas que manterá o seu conteúdo.

É na compreensão desse movimento de continuidade em descontinuidade que deve ser compreendido o movimento de acumulação capitalista, em que antigas formas de existência, até mesmo pré-capitalistas, são apropriadas em novas formas, mas agora dentro da lógica de expansão e reprodução do capital. Em desenvolvimentos históricos específicos, como nos casos da América Latina e do Brasil, com particularidades fundamentais dentro do sistema capitalista, a compreensão da acumulação capitalista dentro dessa perspectiva é essencial para uma análise que não se restrinja às aparências do processo¹⁷.

O estudo de Caio Prado Júnior está muito ligado a esses desdobramentos teóricos do mercado mundial e da acumulação primitiva em Marx. Como mostrou Novais (1969 e 1983), Prado Jr. (2011) nos revela a passagem da colônia para a nação com manutenção de seu sentido, mostrando como, com a independência, anulam-se os mecanismos diretos de coação (subordinação política e administrativa), para se estabelecer através da imbricação econômica, a qual agora se apresenta como uma relação autônoma e livre¹⁸. O período colonial de lógica comercial e

com coerção direta extraeconômica dá origem à lógica do capital industrial, em que vigora a lei do valor, tendo o mercado mundial como sua esfera de realização¹⁹.

Os sentidos da colonização, como explora Prado Jr. (2011), estão além da ideia de mera manutenção da ordem de classe, pois intencionam entender essa mudança conservadora em sua essência. Assim como faz Gramsci (2000) na descrição do surgimento do ‘Risorgimento’, Prado Jr. (2011), além de descrever uma transição pelo “alto”, mostra como esse movimento se insere dentro de um sistema capitalista em transformação. Dessa forma, confere à “revolução passiva” um sentido, ou seja, uma essência própria a essa manutenção, à qual se liga dentro

17 “This concreteness, in spite of being in essence contingent to capital, nevertheless had a decisive effect historically upon the actual formation of the accumulation process within specific bounds. Thus it in turn played a decisive part in the determination of the particular pattern of development of the productive forces, of class relations and, last but not least, the specific configuration of the state apparatus, its functions and its perception of its function as much as its position in the context of a class society. The particular pre-existing territorial features of the pre-capitalist system of reproduction and the structure of its administrative apparatus of rule are similarly of central importance.” (BRAUNMÜHL, 1978, pp. 166-167).

18 “Em substância nas suas linhas gerais e caracteres fundamentais de sua organização, permanece aquela mesma colônia visceralmente ligada (já não falo da sua subordinação política e administrativa) à economia da Europa; simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio. Empresa de colonos brancos acionada pelo braço de raças estranhas, dominadas, mas ainda não fundidas na sociedade colonial.” (PRADO JR., 2011, p. 130).

19 A caracterização do mercado mundial como esfera da realização e expansão do valor em unidade com as economias nacionais transcende as visões economicistas calcadas em termos de troca e relações desiguais, como foi amplamente estudado na América Latina através da CEPAL.

das relações estabelecidas pelo mercado mundial. Mais do que apenas uma manutenção do sistema de classes estabelecido, o que indica Prado Jr. (2011) é que essa manutenção possui um sentido, há uma razão de ser dessa forma. Cardoso de Mello (1987) dá contribuições importantes ao salientar como do sistema colonial com exportação de produtos tropicais dentro da lógica comercial, a nação brasileira passou para um regime primário exportador de matérias primas e alimentos dentro da lógica da indústria. A questão, portanto, está em entender como o sentido do capitalismo brasileiro, dentro do processo de realização do valor em âmbito mundial, continua o mesmo, mas com uma continuidade em uma forma superior. Evidentemente, muitos elementos dos processos anteriores são anulados, superados, mas a essência permanece a mesma, apesar de suas formas distintas. Um dos pontos importantes de Caio Prado Júnior (1987) é apresentar como a industrialização, a modernização da sociedade com urbanização e a intensificação tecnológica não eliminam o conteúdo mais íntimo da particularidade do capitalismo brasileiro, *i.e.*, o seu sentido.

A superação para novas formas não está apenas na manutenção das relações de classe como suporia uma análise apressada da “revolução passiva”, mas justamente em como são eliminados fatores de entrave para o “progresso” do

capitalismo, com manutenção do sentido do seu modo de produção. A via prussiana ou a questão agrária brasileira não tem implicância apenas na manutenção da antiga classe dominante ou de relações extraeconômicas, mas também em como essa manutenção é importante para a realização do valor em escala mundial. O sentido do capitalismo brasileiro deve ser visto dentro do sistema capitalista como um todo, tendo em vista como se reorganiza seu sistema produtivo e social dentro das transformações do capitalismo mundial.

Atualmente, em 2015, após profundas e inúmeras modificações na sociedade brasileira, com uma imensa intensificação do capitalismo e estratégias desenvolvimentistas e industrializantes, não é difícil falar que a economia brasileira continua “fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios demandados nos mercados internacionais” (PRADO JR., 1987, p. 240).

5. Conclusão

A proposta desse trabalho foi explorar a importante contribuição de Caio Prado Júnior para a compreensão do Brasil, principalmente no que concerne à sua tese principal, que perpassa toda sua obra – o “sentido da colonização”. O sentido revelado por Caio Prado Júnior (2011) possui um significado múltiplo, uma vez que, ao mesmo tempo, designa a totalidade por trás

do processo colonizador e revela o sentido que permaneceria na nação brasileira dentro do sistema capitalista. Por isso a importância de entender, além do período colonial em si, o momento de mudança, ou seja, como ocorre a permanência do sentido mesmo com transformações profundas. O conceito de “*aufhebung*” em Marx, o qual, de modo dialético, possui noções contraditórias de superação, manutenção, revogação e anulação, é aqui fundamental, indicando justamente esse movimento de superação com anulação de determinados elementos, mas com a manutenção do seu conteúdo essencial.

Para ir além e trazer o significado da tese de Caio Prado de uma perspectiva mais ampla, vários trabalhos e pesquisas se mostram extremamente relevantes para uma melhor conceituação categorial e ampliação desse sentido dentro do sistema capitalista. Fernando Novais (1979), entre outros, como Cardoso de Melo (1987), ampliam a visão do sentido da colonização para melhor compreendê-lo dentro da perspectiva de uma unidade do sistema capitalista, em que a colonização dos trópicos complementar-se-ia com o processo de acumulação primitiva e com a lógica do capital comercial. Dentro dessa perspectiva, as transformações do capitalismo brasileiro, mais do que vistas de forma autonomizada, são colocadas dentro do processo de transformação do próprio sistema capitalista, o qual adquire suas formas específicas no concreto da nação brasileira. As transformações

nacionais são compreendidas, portanto, dentro da própria lógica do capital, que lhe confere totalidade, não apenas a partir do interesse de uma classe ou de um Estado específico.

Carlos Nelson Coutinho (1988), por sua vez, dá-nos uma relevante contribuição ao comparar as teses caiopradianas com conceitos clássicos da tradição marxista de vias alternativas de consolidação do capitalismo, como os de via prussiana e revolução passiva. Dessa forma, apresenta como a passagem do Brasil colônia ao seu processo de independência e consolidação da nação assemelha-se com os processos explicados por essas duas categorias, revelando como as transformações no Brasil guardam muito do seu passado, tanto pelo modo como ocorrem suas mudanças produtivas (como no caso do campo, com a via prussiana), como pelas políticas com o caráter passivo da sua revolução.

Mais do que salientar as formas de “modernidade conservadora” no Brasil, Caio Prado realiza-o mostrando o sentido dessa transformação, *i.e.*, a visão “caiopradiana” permite-nos ir além da aparência do movimento, para buscar o seu conteúdo, o seu sentido, que permanece mesmo com a complexificação crescente das relações sociais capitalistas. Ao colocar as transformações nacionais dentro da perspectiva do sistema capitalista como totalidade, mais uma vez o intelectual paulista permite-nos ir além, para compreender como o mercado mundial, como esfera de realização do valor e de sua expansão, confere não só unidade sistêmica, como um sentido ao processo

de “nacionalização” do capital. Dentro da esfera do mercado mundial, o capital é particularizado em capitais nacionais, com sua organização política delimitada em Estados nacionais, o que irá por fim lhe conferir seu movimento de totalidade, de sentido.

Bibliografia

- AMIN, Samir. *Accumulation on a World Scale. A Critique of the Theory of Underdevelopment*. New York: Monthly Review Press, 1974.
- BONEFELD, Werner. “Class Struggle and the Permanence of Primitive Accumulation”, *Common Sense*, no. 6, pp. 54–65, 1988.
- _____. “Primitive Accumulation and Capitalist Accumulation: Notes on Social Constitution and Expropriation”, *Science and Society*, vol. 75, no. 3, pp. 379–399, julho de 2011.
- _____. *Critical theory and the critique of political economy: on subversion and negative reason*. London: Bloomsbury Academic, 2014.
- BRAUNMÜHL, Claudia von “On the Analysis of the Bourgeois Nation State within the World Market Context” In: HOLLOWAY, John & PICCIOTTO, Sol (ed.). *State and Capital*. London: Edward Arnold, 1978.
- CANDIDO, Antonio “Radicalismos”, *Estudos Avançados*, vol. 4, no. 8, São Paulo, jan./abr. 1990.
- _____. “O significado de Raízes do Brasil” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio – contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion et alii. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Nota sobre a não existência de modos de produção coloniais*. São Paulo: IPE/USP, 1985.
- _____. “Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr.”, *Cadernos NEHD*, n. 3. São Paulo: FEA/USP, 1995.
- COSTA, Iraci del Nero da. & PIRES, J. M. (1994) “A fórmula do capital escravista-mercantil”, *Estudos Econômicos*, v. 24, n. 3, pp. 527-532, set./dez. 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “A visão do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”; trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, outubro de 1988.
- _____. “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes” In: *Gramsci e o Brasil* (www.gramsci.org), 2000.
- DE ANGELIS, Massimo. (2001). “Marx and Primitive Accumulation: The Continuous Character of Capital’s ‘Enclosures.’”, *The Commoner*, no. 2. Revised in Bonefeld, ed., 2008.

- FERNANDES, Florestan. "Obra de Caio Prado Júnior nasce da rebeldia moral" In: Folha de São Paulo, 7 de setembro de 1991.
- _____. A revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
- FRAGOSO, J. L. & FLORENTINO, M. O arcaísmo como projeto. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 41. ed. São Paulo: Record, 2000.
- GORENDER, Jacob. "O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica". In: LAPA, José R. do Amaral (org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. O escravismo colonial. 4ª. ed. São Paulo: Ática, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HARVEY, David. The New Imperialism. Oxford, England: Oxford University Press, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do paraíso. 4a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Raízes do Brasil. 26a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LENIN, Vladimir. O programa agrário. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- _____. O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Coleção "Os Economistas". São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. Tradução de Leila Prado. 3a ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. "Dialética da dependência" (1973). In: TRASPADINI, R. & STEDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. "Historia Crítica de la teoría de la plusvalía". Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- _____. O Capital. Coleção "Os Economistas", Volume III. São Paulo: Nova Cultural,, 1985-1986.
- NOVAIS, Fernando. "Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica". Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1969.
- _____. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. "Caio Prado Jr., historiador", Novos Estudos Cebrap, 1983.
- _____. "Caio Prado Jr. na historiografia brasileira". In: MORAES, Reginaldo et alii (org.). Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- POSTONE, Moishe. Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PRADO JR., Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 7a ed., 1987.
- _____. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. Evolução Política no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, R. "As idéias fora do lugar" In: SCHWARZ, R. Cultura e política. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- RICUPERO, Bernardo. Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2000.
- VIEIRA, Wilson et alii. "Caio Prado Júnior: uma interpretação marxista do Brasil", apresentado em NIEP-Marx, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.